

Eixo Capital



PABLO GIOVANNI (INTERINO)
pablo.giovanni.df@dabr.com.br

Minervino Junior/CB/D.A. Press



Schietti julgará pedido de prisão imediata contra Adriana Villela

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Rogério Schietti Cruz, é o responsável pelo processo que pode definir o futuro de Adriana Villela. Ela foi condenada a 61 anos de prisão pelo assassinato do pai, o ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) José Guilherme Villela, da mãe, Maria Villela, e da empregada da família, Francisca Nascimento.

O caso, conhecido como "Crime da 113 Sul", chegou ao STJ após a defesa da acusada alegar que ainda há recursos pendentes antes de qualquer decisão sobre sua prisão. Schietti deve avaliá-lo, assim

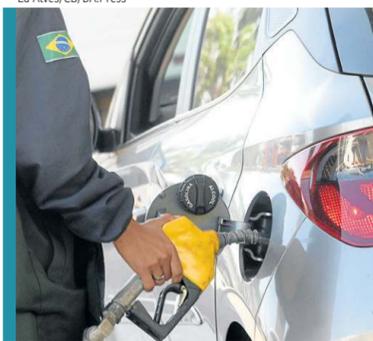
como o pedido do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), que solicita a prisão imediata da acusada.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu validar a execução da pena após condenação pelo Tribunal do Júri em crimes dolosos contra a vida, como homicídio, feminicídio e infanticídio. A medida passou a ser considerada constitucional, permitindo a prisão do réu mesmo que ainda haja possibilidade de recursos em outras instâncias. A decisão enquadra Adriana Villela.

Distritais debatem indicadores do Iges

Os deputados distritais da Comissão de Fiscalização, Gestão, Transparência e Controle passaram quase 10 horas em audiência pública na Câmara Legislativa debatendo os indicadores e metas do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (Iges-DF), especialmente o funcionamento das UPAs e dos hospitais geridos pelo instituto. Durante o debate, os parlamentares foram unânimes: antes de expandir o Iges, é essencial resolver questões internas. Mesmo assim, a presidente da comissão, Paula Belmonte (Cidadania), destacou a necessidade de os gestores do órgão prestarem contas à CLDF. "Estamos falando de um quadrado bilionário (o DF), com um orçamento considerável", afirmou.

Ed Alves/CB/DA.Press



Postos de combustível na mira

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) recomendou a condenação de diversos postos de combustíveis por prática de cartel e troca de informações sensíveis no Distrito Federal e Entorno. O processo está em análise pelo Tribunal Administrativo do Cade, e, caso condenadas, as empresas podem receber multas equivalentes a até 20% do faturamento bruto.

Ao todo, 38 empresas e 13 pessoas físicas estão envolvidas. Segundo o Cade, a investigação foi iniciada após uma representação da Câmara Legislativa. O caso também motivou operações do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e da Polícia Federal, no âmbito da operação Dubai, em 2015 e 2016.

Na ocasião, os investigadores descobriram que empresários e funcionários dos mercados de venda e distribuição de combustíveis mantinham encontros frequentes para fixar preços uniformes e abusivos, prejudicando a livre concorrência e o consumidor. A coluna não conseguiu contato com a defesa dos investigados.

PL e 2026

O presidente nacional do Partido Liberal (PL), Valdemar Costa Neto, vê como certa a candidatura da deputada federal Bia Kicis (PL-DF) ao Senado nas eleições de 2026. Em busca de um sucessor para ela, no cargo atual, Costa Neto tem sondado nomes na Câmara Legislativa (CLDF). Entre os cotados, um dos favoritos, apoiado pela direita, é Thiago Manzoni (PL).

Divulgação



Estudantes conhecem projeto de recarga de aquíferos no Instituto Histórico

Os alunos da Escola Classe da 304 Norte participarão, amanhã, do lançamento do projeto Recarga de Aquíferos, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHGDF). A iniciativa pretende mostrar aos estudantes como a entidade capta e armazena a água da chuva que cai sobre o telhado do emblemático "edifício Nave", projetado pelo arquiteto Milton Ramos e sede do IHGDF, na 703/903 Sul.

Segundo o instituto, toda a água captada é direcionada por tubulações até uma fossa de três metros de profundidade, o que contribui para a recarga dos aquíferos, essenciais para a preservação das nascentes da região. "A ideia é simples: aproveitar o que vem do céu. Ninguém paga pela chuva. Se todos os edifícios do DF captassem água de seus telhados, a situação seria bem diferente", ressaltou o sociólogo Eugênio Governardi, que lidera o projeto.

Reginaldo Veras participa de visita ao Uruguai

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) convidou deputados federais e senadores da Frente Parlamentar Mista de Educação para uma visita ao Uruguai. O objetivo da visita é observar o uso de tecnologia nas escolas públicas do país. Entre os participantes está o deputado Reginaldo Veras (PV-DF), que busca avaliar a aplicabilidade de novas práticas educacionais. A visita ocorre em meio ao debate sobre a proibição de celulares em escolas públicas e privadas no Brasil, tema também discutido na CLDF.

Divulgação



MANDOU BEM

O governador Ibaneis Rocha (MDB) publicou o decreto que cria a divisão antiterrorismo no Distrito Federal. A nova unidade, vinculada à Polícia Civil (PCDF), terá funções de inteligência policial voltadas ao combate ao extremismo violento. A equipe será composta por dois delegados e 23 policiais.

MANDOU MAL

A cesta de Natal deve encerrar 2024 com aumento de 9,16%, conforme prévia do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. O crescimento é impulsionado pela elevação nos preços do azeite de oliva, da carne suína e do suco de laranja.

ENQUANTO ISSO... NA SALA DE JUSTIÇA

A 4ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal rejeitou, na última sexta-feira, uma ação popular que pedia a nulidade de uma portaria da Secretaria de Transporte do Distrito Federal (Semob). A pasta havia determinado aos usuários o fim do pagamento, em espécie, pelas passagens nos ônibus da capital. A ação, movida por três advogados, tinha como réus o secretário da Semob, Zeno Gonçalves, e o governador Ibaneis Rocha. O juiz Roque Fabrício Antônio de Oliveira Viel entendeu que a mudança está sendo implementada de forma gradual e que não há violação ao Código de Defesa do Consumidor (CDC), conforme alegado pela acusação. Acrescentou que a decisão do Executivo não é considerada abusiva.



Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



À QUEIMA-ROUPA
ERIKA KOKAY (PT),
Deputada federal

"Para 2026, tenho uma certeza: não serei candidata a deputada novamente"

Há uma expectativa crescente em torno de sua possível candidatura ao Senado ou ao Governo do Distrito Federal em 2026. A senhora considera essa possibilidade ou ainda acredita que é cedo para se posicionar?

Para 2026, tenho uma certeza: não serei candidata a deputada novamente. Após seis mandatos consecutivos — dois distritais e quatro federais — considero esse ciclo prestes a se encerrar. Fico feliz em ser lembrada para um cargo majoritário. É o reconhecimento do trabalho que venho construindo desde 1976, sempre lutando pela democracia, pela liberdade, pelos direitos e guardando uma coerência muito grande com o que me levou à vida pública. O momento, porém, pede primeiro a construção de uma aliança e de um programa capazes de dar ao DF uma alternativa democrática e popular contra o bolsonarismo de Ibaneis

Rocha e Celina Leão. Os nomes serão, naturalmente, discutidos depois.

A esquerda enfrentou desafios consideráveis, nas últimas eleições majoritárias no DF, com um governador reeleito em primeiro turno e uma senadora eleita com votação recorde. Caso venha a disputar um desses cargos em 2026, como pretende reverter esse cenário e mobilizar o eleitorado?

Nós enfrentamos uma conjuntura muito difícil. O golpe contra Dilma, a prisão injusta de Lula e o governo Bolsonaro. Mesmo assim, os três deputados mais votados para a CLDF, na última eleição, são da esquerda. O Brasil está vivenciando uma experiência positiva, com o sucesso no combate à fome, com a volta dos empregos e com a liderança de um presidente que não fomenta o ódio e a agressividade entre os brasileiros

e brasileiras. Isso, por si só, é um diferencial em relação às experiências recentes e indica que outra realidade é possível. A população daqui também vai querer um DF melhor, um DF que não tenha o quarto maior desemprego do país, e que cuide da saúde, da educação e das pessoas de forma digna.

Existe a possibilidade de uma aliança sólida entre os partidos de esquerda para fortalecer uma candidatura competitiva em 2026? Até o momento, nomes como o do ex-interventor de Segurança Ricardo Cappelli são considerados para a disputa pelo Palácio do Buriti. Como a senhora vê essa articulação?

Todos os partidos têm a legitimidade de indicar nomes aos cargos majoritários. Isso não é empecilho para uma aliança, que será construída com base em um

programa. É muito importante que o nosso campo esteja unido. O DF teve a maior inflação do Brasil, em 2023, e o desemprego está bem acima da média nacional. Temos o maior percentual de população em situação de rua do país, um dos piores índices de cobertura da saúde bucal e mental, e um governo que flerta, constantemente, com a extrema-direita, que quer fazer de Brasília o cenário para um golpe de Estado. Não se pode naturalizar isso.

Recentemente, a Polícia Federal indiciou o ex-presidente Jair Bolsonaro e outras 36 pessoas por suposto planejamento de um golpe de Estado, entre outros crimes. Como a senhora avalia o impacto desse caso no cenário político nacional?

As denúncias são gravíssimas, contundentes e com materialidade. A extrema-direita — com suas fardas

manchadas de sangue do povo brasileiro durante a ditadura — mostra, mais uma vez, a sua cara, se utilizando do Estado contra a democracia e a soberania popular. Vivenciamos uma série de atentados, desde as depredações no dia da diplomação da chapa presidencial eleita, passando pela tentativa de explosão do Aeroporto de Brasília dias antes da posse, o 8 de janeiro de 2023, as bombas na Câmara e no STF na última semana e, finalmente, a descoberta do plano para assassinar Lula, Alckmin e Alexandre de Moraes. A resistência das nossas instituições a todos esses ataques à democracia prenuncia um isolamento cada vez maior da extrema-direita, além do fortalecimento do campo democrático e do repúdio da população a um movimento político autoritário, que quer legitimar e perpetuar o golpismo com o projeto da anistia.